



SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 700/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Lei Federal nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Estadual nº 11.025, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Programa da Moradia Indígena – PMI.

Lei Estadual nº 14.187, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial.

Lei Estadual nº 17.311, de 11 de janeiro de 2021, que institui no Calendário Oficial do Estado de São Paulo o mês “Agosto Indígena”.

Lei Estadual nº 17.363, de 23 de julho de 2021, que institui o Sistema Único de Assistência Social no Estado de São Paulo – SUAS-SP e dá outras providências.

Lei Municipal nº 11.995, de 16 de janeiro de 1996, que veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores dos edifícios públicos municipais ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004, que institui o Código Sanitário do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 15.248, de 26 de julho de 2010, que estabelece diretrizes para criação do Conselho Municipal dos Povos Indígenas e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.089, de 20 de maio de 2019, que institui a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.992, de 22 de setembro de 2023, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Mês de Agosto Indígena.

Lei nº 18.228, de 16 de janeiro de 2025 — Altera a Lei nº 16.573, de 18 de novembro de 2016, que institui o Programa Municipal do Artesanato Paulistano, e dá outras providências.

PL 181/2016 — Institui a Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social de Terras Indígenas.

PL 187/2017 — Dispõe sobre cotas étnico-raciais nos espaços de participação e controle social.

PL 29/2020 — Dispõe sobre a criação do Parque Municipal Centro Ecológico Yary Ty e Memorial de Cultura Guarani (CEYTY) e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 436/2021 — Dispõe sobre a cooficialização da língua Guarani no Município de São Paulo.

PL 766/2021 — Institui o Canal de Atendimento para Denúncias de Práticas de Racismo e Condutas Análogas na Cidade de São Paulo e dá outras providências.

PL 767/2021 — Institui a obrigatoriedade do ensino de africanidades, história indígena e relações étnico-raciais no âmbito da educação infantil municipal e dá outras providências.

PL 772/2021 — Implementa a obrigatoriedade de capacitação dos participantes do Programa Jovem Monitor Cultural, arte-educadores e produtores culturais para atuarem na promoção da cultura negra e indígena e dá outras providências.

PL 623/2023 — Institui a adoção do Protocolo de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Racismo nas escolas do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 362/2025 — Reconhece as casas e comunidades tradicionais de matrizes africanas, indígenas e quilombolas como espaços de saúde, assistência, bem-estar e acolhimento no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 470/2025 — Dispõe sobre a criação do Programa CATe Jovem, voltado à acessibilidade das juventudes paulistanas a vagas de trabalho digno e políticas públicas de renda e formação.

PL 543/2025 — Institui a Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

PL 677/2025 — Institui o Programa de Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena “São Paulo de Dandara e Piatã” nas escolas do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 740/2025 — Cria a Rede Municipal de Cursinhos Populares no Município de São Paulo, institui o Comitê Intersetorial da Rede Municipal de Cursinhos Populares e dá outras providências.

PL 959/2025 — Institui, no Município de São Paulo, a Campanha Municipal de Combate à Violência Política de Gênero e Raça contra a Mulher, denominada Setembro Neon, e dá outras providências.

PL 1164/2025 — Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de sessões ordinárias descentralizadas do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) nas Subprefeituras do Município de São Paulo e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 1315/2025 — Institui o Dia dos Povos Indígenas como feriado municipal na Cidade de São Paulo e dá outras providências.

PL 204/2026 — Institui a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça, inclusive em meios digitais, e dá outras providências.

PL 700/2026 — Institui o Centro Municipal de Atenção Integral à População Indígena em Contexto Urbano no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 708/2026 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para inserir a Virada Indígena no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 08 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068